

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.216 - SP (2019/0107834-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ANDREI RAI A FERRANTI
ADVOGADOS : ANDREI RAI A FERRANTI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP164113
BRUNO CESAR SILVA LOPES - SP355488
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - SP295139

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ANDREI RAI A FERRANTI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

PROCESSO CIVIL CONDENAÇÃO A OBRIGAÇÃO DE FAZER
ASTREINTE DIES A QUO ENUNCIADO 410 DA SÚMULA/STJ
APARENTE CONFLITO COM O PRECEDENTE FORMADO NO
JULGAMENTO DO EAG 857758/RS HARMONIZAÇÃO DIREITO
INTERTEMPORAL

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea *a*. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ademais, também incide o óbice da Súmula n. 284/STF, em relação à interposição pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente